

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
V CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A
FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA
EM CARGOS DA CARREIRA DE ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO**

Justificativas de alteração do gabarito de itens
(com base nos modelos de provas disponíveis no *site* do Cebraspe)

PROVA DE CONHECIMENTOS BÁSICOS PARA TODOS OS CARGOS

ITEM	GABARITO PRELIMINAR	GABARITO DEFINITIVO	SITUAÇÃO
No trecho “podia e devia ser feito com os incipientes seres humanos pela educação e pelo treinamento” (l. 28 e 29), os termos “pela educação” e “pelo treinamento” exercem a função de agente da passiva, veiculando o agente da ação expressa pelo verbo fazer.	C	E	Deferido com alteração
Os referidos termos exercem a função de adjunto adverbial de meio/modo.			
São indicadores da governança pública preconizados pelo Banco Mundial a responsabilização, a estabilidade política, a ausência de violência e a qualidade do marco regulatório.	C	-	Deferido com anulação
O fato de terem sido separados os termos “estabilidade política” e “ausência de violência” prejudicou o julgamento objetivo do item.			
De acordo com o STF, a concessão de aposentadoria ou pensão constitui ato administrativo complexo, que somente se aperfeiçoa após o julgamento de sua legalidade pelo Tribunal de Contas da União.	C	-	Deferido com anulação
A redação do item possibilita a interpretação de que todos os atos de concessão de aposentadoria, reforma e pensão devem ser apreciados pela Tribunal de Contas da União, independentemente de onde se origina o ato.			
Consoante entendimento do STF, a apreciação das contas de prefeitos, tanto as de governo quanto as de gestão, será exercida pelas câmaras municipais, com o auxílio dos tribunais de contas competentes, cujo parecer prévio somente deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos vereadores.	C	-	Deferido com anulação
O fato de não haver relação direta entre o enunciado e a redação do item prejudicou seu julgamento objetivo.			
O direito fundamental de acesso a informação assegura acesso a informações públicas e privadas.	E	-	Deferido com anulação
A redação do item possibilita mais de uma interpretação.			
Intervenção federal só pode realizar-se em estados e no Distrito Federal.	C	-	Deferido com anulação
Há exceções em que se pode realizar a intervenção federal referida no item.			
Nas operações do OLAP, o <i>drill-down</i> aumenta o nível de detalhamento, ao passo que o <i>drill-up</i> diminui o nível de granularidade das dimensões em um <i>data warehouse</i>.	E	C	Deferido com alteração
O <i>drill-down</i> aumenta o detalhamento, enquanto o <i>drill-up</i> diminui.			

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**CARGO 1: ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO – ÁREA: CONTROLE EXTERNO – ESPECIALIDADE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

ITEM	GABARITO PRELIMINAR	GABARITO DEFINITIVO	SITUAÇÃO
A mensagem presidencial que encaminhar o projeto de lei orçamentária anual ao Congresso Nacional deve demonstrar as metas de inflação para o exercício subsequente.	C	-	Deferido com anulação
O fato de constar da redação do item a “à lei orçamentária anual” prejudicou o julgamento objetivo do item.			
No balanço patrimonial, os ativos e passivos devem ser apresentados por ordem de liquidez, sempre que tal forma de apresentação proporcionar informação confiável e mais relevante para o usuário do que a apresentação de ativos circulantes e não circulantes e de passivos circulantes e não circulantes como grupos de contas separados do balanço patrimonial.	C	-	Deferido com anulação
Uma vez que há controvérsia entre os termos da Lei nº 6.404/76 e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), prejudicou-se o julgamento objetivo do item.			
Como não impacta o patrimônio, a evidenciação da contratação de operação de crédito deve ser feita em contas de controle.	C	-	Deferido com anulação
Por existirem divergências em relação à contabilização da contratação de operação de crédito, prejudicou-se o julgamento do item.			

CARGO 2: ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO – ÁREA: CONTROLE EXTERNO – ESPECIALIDADE: CONTROLE EXTERNO

ITEM	GABARITO PRELIMINAR	GABARITO DEFINITIVO	SITUAÇÃO
Como não impacta o patrimônio, a evidenciação da contratação de operação de crédito deve ser feita em contas de controle.	C	-	Deferido com anulação
Por existirem divergências em relação à contabilização da contratação de operação de crédito, prejudicou-se o julgamento do item.			
Os conselheiros do TCE/RJ podem ser julgados por infrações administrativas pela assembleia legislativa, com pena que pode levar à perda do cargo.	C	E	Deferido com alteração
A eficácia do dispositivo mencionado está suspensa por decisão do Supremo Tribunal Federal em sede de ação direta de inconstitucionalidade.			
Nas sessões do plenário, o Ministério Público será representado pelo terceiro subprocurador-geral da justiça, ou por seu substituto.	C	E	Deferido com alteração
O conteúdo do que se afirma a redação do item foi alterado pela Deliberação n.º 289/2019.			
No regime diferenciado de contratações públicas, é permitida a participação do elaborador do projeto básico na licitação ou na execução do contrato, como consultor ou técnico, nas funções	C	-	Deferido com anulação

de fiscalização, supervisão ou gerenciamento, exclusivamente a serviço do órgão ou da entidade pública interessada.			
--	--	--	--

Uma vez que o inciso I do referido artigo aduz que é vedada a participação direta ou indireta nas licitações de que trata esta Lei da pessoa física ou jurídica que elaborar o projeto básico ou executivo correspondente, prejudicou-se o julgamento objetivo do item.

CARGO 3: ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO – ÁREA: CONTROLE EXTERNO – ESPECIALIDADE: DIREITO

ITEM	GABARITO PRELIMINAR	GABARITO DEFINITIVO	SITUAÇÃO
Conforme reiterado entendimento do STJ, a pessoa jurídica de direito público tem direito à indenização por danos morais causados por particular que lhe tenha violado a imagem.	E	-	Deferido com anulação
Existe julgado do STJ do final que indica possível alteração de jurisprudência de ao menos parte dos órgãos do STJ.			
São devidos ao município de domicílio de Maurício 50% do produto da arrecadação do IPVA, independentemente do local de licenciamento do veículo.	E	-	Deferido com anulação
Por haver acórdão que determina algo que não se aplica à cobrança, prejudicou-se o julgamento objetivo do item.			
A Constituição Federal de 1988 admite expressamente a progressividade das alíquotas da contribuição previdenciária do regime próprio de seguridade social dos servidores públicos.	E	-	Deferido com anulação
A Emenda Constitucional nº 103/2019 passou a prever expressamente a progressividade das alíquotas da contribuição do servidor público no art. 149, § 1º, da Constituição, no que diz respeito à previdência social, não à seguridade, que é um conceito mais amplo.			